

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009421-43.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Impugnante: **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.**
 Impugnado: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao crédito do requerente **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A**, pedindo a sua fixação em R\$ 508.113,15. Narra que consta na relação de credores valor muito inferior ao devido (R\$ 1.188,32), sendo que o crédito se originou da cédula de crédito bancário nº 1250878, por meio da qual surgiu a obrigação da Recuperanda no valor de R\$ 550.00,00, assim como aos devedores solidários, ressaltando que foram alienados fiduciariamente ao impugnante objetos e veículos. A obrigação não foi cumprida, convencionando, todos os contratantes, nova forma de pagamento, que também não foi cumprida. Foi ajuizada ação de busca e apreensão, apreendendo 2 dos 3 veículos alienados fiduciariamente, porém houve a devolução dos mesmos, pois já havia ocorrido a penhora judicial deles em outro processo. Pede a retificação do valor de seu crédito quirografário.

O administrador judicial não se opôs ao pedido, apresentando às fls. 209/211 parecer contábil favorável.

A empresa recuperanda, por sua vez, alega que poderia a retificação ser feita pelo administrador judicial, bem como aduz que a devolução dos bens ocorreu há mais de 3 meses, não havendo respaldo à concessão de eventual liminar. Continua argumentando que ainda se encontra em trâmite a ação de busca e apreensão dos veículos movida pelo banco. Pede que seja mantida a classificação e valor apresentados pelo administrador.

Às fls. 221/222 foi concedida liminar para que o voto da impugnante tenha o valor total do crédito ora pleiteado na então iminente assembleia.

Manifestação das partes às fls. 227/228 e 232/251.

É o relatório.**Fundamento e Decido.**

É incontroverso o valor devido pela recuperanda ao Banco requerente, tendo a impugnação do crédito, inclusive, contando com a aquiescência do Administrador Judicial, que trouxe aos autos o parecer do i. Perito Contábil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Portanto, remanesce a controvérsia quanto à necessidade ou não de inclusão do débito na recuperação frente a eventual insistência no processo de busca e apreensão dos objetos da alienação fiduciária; assim como discussão a respeito da classificação da impugnação como retardatária pela impugnação intempestiva.

Sobre o processo de busca e apreensão, bem ponderou o representante do Ministério Público, pois o requerente demonstrou pelos documentos de fls. 238/245 e 246 (determinação da Justiça Federal para restituir os veículos anteriormente apreendidos e nota de devolução) e fls. 248/251 (requerimento de conversão da ação de busca e apreensão em execução apenas em relação a codevedores) que não persegue crédito naquele processo. Legitimado, assim, a persegui-lo como credor quirografário no processo de recuperação judicial.

Por outro giro, em relação à classificação como tardia da impugnação, mesmo verificado que a impugnação foi proposta fora do prazo do art. 7º, § 1º, da lei, justifica-se o atraso, pois estava o crédito excluído do processo de recuperação judicial. Por conseguinte, não deve ser tida por tardia a impugnação, eis que não havia a possibilidade jurídica para tal requerimento.

Ademais, tendo em vista a aprovação do plano de recuperação, no presente caso, não há mais utilidade para o efeito atribuído pelo §1º, do art. 10, da Lei Falimentar, ao credor retardatário (perda do direito de voto na assembleia geral de credores).

Ante ao exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito quirografário em favor do **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A**, no valor de R\$ 508.113,15, tendo como devedoras "Opto Eletrônica S/A" e "Artec Indústria E Comércio De Lentes Ltda", cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de pagamento.

Providencie, administrador judicial a inclusão/retificação na relação de credores.

Cientifique-se o MP e certifique-se esta decisão nos autos da recuperação judicial.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**